

UM OLHAR PARA AS DIFERENÇAS E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NOS DIAS ATUAIS

Bazílio Custódio Neto

Mestrando (a) em Ciências da Educação, Professor efetivo do município de Vista Serrana – PB, graduado em Pedagogia pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba).

<http://lattes.cnpq.br/0291428685356159>

<https://orcid.org/0009-0000-0701-469X>

E-mail: bcn10.ufpb@gmail.com

José Carlos Soares Carreiro

Mestrando (a) em Ciências da Educação. Professor efetivo do município de São Bento – PB, graduada em Pedagogia pela UVA (Universidade Vale do Acaraú - CE).

<http://lattes.cnpq.br/2426676171319500>

<https://orcid.org/0009-0006-2567-6535>

E-mail: josecarlossoarescarreiro@yahoo.com.br

Renata Medeiros Wanderley

Mestrando (a) em Ciências da Educação. Professora efetiva do município de Paulista – PB, graduada em Geografia pela UFCG (Universidade Federal de Campina Grande – PB).

<http://lattes.cnpq.br/0444509679395849>

<https://orcid.org/0009-0007-6942-4054>

E-mail: renata_wan@hotmail.com

Salézia Gomes Xavier

Mestrando (a) em Ciências da Educação. Professora efetiva do município de Vista Serrana – PB, graduada em Letras pela FIP (Faculdades Integradas de Patos).

<https://orcid.org/0009-0001-6203-3305>

E-mail: saleziagomes@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1-31>

Resumo: O presente artigo visa mostrar como as escolas e os profissionais da educação estão trabalhando o processo de inclusão e as dificuldades enfrentadas no tocante a aprendizagem dos alunos especiais e dos alunos normais, haja visto que as escolas brasileiras estão passando por um processo de mudança significativa nos dias atuais. O objetivo do nosso trabalho é debater as políticas inclusivas e como elas estão sendo implantadas nas escolas, sendo que as mesmas não visam capacitar o profissional que está atuando na sala de aula, mas apenas dispõe de leis que regulamentam os direitos de acesso e permanência na escola. Também discutimos os fatores externos que fazem com que nossos jovens deixem a escola muito cedo, como os fatores socioeconômicos e a dificuldade de aprender a ler e a escrever, fatores esses que são determinantes para o sucesso ou o fracasso escolar em muitas entidades educacionais do nosso país. A desigualdade social afeta não só a vida familiar como também o rendimento do aluno. Alunos nos quais as famílias não têm uma fonte de renda fixa ou que possuem baixa escolaridade não têm o mesmo estímulo para progredir nos estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Escola. Desigualdade. Leitura.

A LOOK AT THE DIFFERENCES AND DIFFICULTIES OF LEARNING TODAY

ABSTRACT: This article aims to show how schools and education professionals are working the inclusion process and the difficulties faced in relation to the learning of special students and normal students, given that Brazilian schools are undergoing a process of significant change today. The objective of our work is to discuss inclusive policies and how they are being implemented in schools, which do not aim to train the professional who is working in the classroom, but only have laws that regulate the rights of access and permanence in school. We also discussed the external factors that make our young people leave school too early, such as socioeconomic factors and the difficulty of learning to read and write, factors that are decisive for the success or failure at school in many educational institutions in our country. Social inequality affects not only family life but also student achievement. Students whose families do not have a steady source of income or who have low levels of education do not have the same incentive to progress in their studies.

KEYWORDS: Inclusion. School. Inequality. Reading.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas inclusivas visam assegurar o acesso do público da educação especial nas várias instâncias educativas, através de ações que buscam promover a igualdade de oportunidade e a oferta de serviços e de recursos para eliminação de barreiras e promoção da inclusão.

Uma boa educação além de assegurar os direitos fundamentais de aprendizagem aos alunos ainda proporciona oportunidades iguais de acesso e permanência aos estudantes com baixo rendimento escolar ou que apresentam algum tipo de anormalidade congênita, pois os critérios de igualdade e equidade devem prevalecer nas escolas de nosso país.

A inclusão em muitas escolas no Brasil se dá pelo simples fato da criança está matriculada e frequentando a sala de aula, muitas vezes não se pensa em como ou que o aluno vai aprender. Os documentos legais da inclusão educacional nos anos de 2010 e 2020, buscam reafirmar e proporcionar que as pessoas com deficiência e de necessidades educacionais especiais (NEE) permaneçam no âmbito educacional, assim de acordo com suas necessidades alguns decretos e leis vão sendo revogados e alterados, mas nem toda escola dispõe de profissionais e de salas de aula que atendam

às necessidades dos alunos especiais, já que nem toda criança especial possui a mesma patologia genética e cognitiva.

A nossa sociedade é caracterizada por questões de injustiça e desigualdade; possui famílias que enfrentam inúmeras dificuldades para sobreviver, e esses problemas atingem o desempenho dos alunos. Com isso, podemos reconhecer alguns dos fatores sociais que interferem na aprendizagem como: situação financeira da família; estrutura familiar; nível de escolaridade dos pais; racismo; carência afetiva; condições precárias de habitação, sanitária, de higiene e de nutrição; ausência da estimulação precoce; ambientes repressivos, entre outros.

Se um aluno não se sente motivado ou estimulado a permanecer a escola, certamente ele fará parte das estatísticas de evasão precoce. Um dos fatores que acarreta na falta de estímulo é o não domínio ou aquisição da habilidade de leitura e escrita. A resistência à escrita compromete o desenvolvimento instrutivo, cultural e social dos estudantes, travando uma luta constante na esfera educacional, outro fator preponderante é o uso excessivo das mídias digitais, cessando as probabilidades de interação entre os indivíduos em tempo real, originando anomalias que vão além da nomofobia. A leitura de um livro em que o educando folheia, marca, rabisca, encontra e aprende, é bem diferente da leitura realizada na tela. O computador é um adicional necessário na escola e fora dela, mas jamais substituirá o ser humano em sua totalidade.

A ESCOLA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA INCLUSÃO

As escolas brasileiras estão passando por um processo de mudanças no tocante ao sistema educativo, haja visto que o número de crianças com algum tipo de necessidade especial vem aumentando ao longo dos anos. O que muitas vezes, nós, enquanto educadores, não percebemos é que o sistema ainda é falho em relação ao tipo de atendimento que é ofertado em algumas escolas, o que deixa a desejar principalmente quando a tarefa de educar e cuidar cai somente em cima do professor.

O Ministério da Educação conceitua a Educação Especial como:

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2001, p. 39).

As crianças especiais são colocadas na sala de aula junto com as outras crianças, muitas vezes em salas de multisseriado, na qual o docente é “obrigado” a lidar com diferentes situações cognitivas. Muitas crianças estão passando pelo processo de alfabetização, outras estão trabalhando a coordenação e há ainda as que não conseguem fazer tarefas simples de ir ao banheiro, por exemplo. A escola muitas vezes se torna um “depósito” de alunos no qual o professor é o “encarregado” de resolver as diferentes situações e ainda obter êxito no que faz, pois existe um sistema que exige resultados.

Muitas vezes só pensamos na inclusão e sua relação com o ambiente escolar, mas inclusão social não depende somente da escola ou dos governantes, mas de toda a sociedade. Essa prática vai além de incluir as pessoas com deficiência, mas todos os seres humanos, independentemente de raça, credo, gênero, orientação sexual ou diferenças culturais. A convivência entre crianças de todos os tipos proporciona grandes lições, como ter respeito e ética, construir relações afetivas, ser receptivo às diferenças, mostrar tolerância com o outro, ter cooperação e empatia, precisamos mudar a atitude de algumas pessoas que não aceitam a inclusão, mas também precisamos criar na sociedade a visão de que a escola não é o único caminho para se alcançar o apoio às diferenças.

(...) acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p. 6).

A escola brasileira sempre foi marcada pelo “fracasso” escolar e o alto nível de evasão. Antes de ser obrigatória a matrícula e a assiduidade dos alunos com algum tipo de deficiência, pouco se ouvia falar na capacidade cognitiva que uma criança especial poderia desenvolver, pois a própria familiar tinha receio de matricular o seu filho, seja por medo de perder um benefício que recebia do governo federal ou por ter medo que as outras crianças machucassem os seus filhos.

As secretarias municipais de educação fazem todos os anos uma semana pedagógica com a finalidade de “capacitar” os seus profissionais da educação, mas não propõem estratégias e ações que visem acolher e lidar com alunos especiais, pois uma formação de três ou quatro dias não supre uma necessidade diária de como lidar com uma sala de aula com trinta ou mais alunos e, desses, três ou quatro possui algum laudo médico que fala de algum transtorno psíquico individual. A própria proposta de inclusão adotada por alguns estados e municípios entra em contradição através das ações desenvolvidas, pois se coloca os alunos na escola comum para somente depois capacitar os professores ou dar-lhes condições para este atendimento. Alguns municípios alegam que a destinação de recursos é insuficiente para as adaptações necessárias ao atendimento especializado.

O próprio MEC fala em relação aos recursos:

O que tem acontecido em nome dessa suposta socialização, é uma espécie de tolerância da presença do aluno em sala de aula e o que decorre dessa situação é a perpetuação da segregação, mesmo que o aluno esteja frequentando um ambiente escolar comum (BRASIL, 2006, p. 73).

Para os que defendem as ações governamentais não é fácil admitir que a inclusão nas escolas se dá apenas na inserção do aluno na sala de aula, que o que ele vai aprender ou deixará de desenvolver pouco interessa, não se materializa uma proposta pedagógica conjunta, com outras esferas da sociedade como a saúde, a ação social e, quando o fazem, é com o propósito de se promover ou divulgar o trabalho coletivo que na maioria das vezes foi desenvolvido somente pelo professor e a equipe pedagógica escolar.

FATORES SOCIOECONÔMICOS QUE AFETAM O DESEMPENHO DOS ALUNOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A educação possibilita aos indivíduos conhecimento e habilidades necessárias para que eles cresçam em o seu meio social se desenvolvam economicamente. Fatores como renda familiar, desigualdade social, nível de escolaridade dos pais, racismo, violência, uso de drogas, entre outros influenciam na qualidade da aprendizagem, bem como na capacidade de melhorar suas condições de vida.

Para Smith e Strick (2001, p. 31): “um ambiente estimulante e encorajador em casa produz estudantes adaptáveis e muito dispostos a aprender, mesmo entre crianças cuja saúde ou inteligência foi comprometida de alguma maneira”. Dessa forma, parte do que acontece no meio sociocultural é refletido na sala de aula, afetando o desempenho dos alunos no processo de aprendizagem. É essencial que o ambiente escolar reconheça quais são os tipos de problemas sociais existentes e propicie métodos para educar os alunos e pais quanto à forma de resolvê-los. A comunidade escolar pode elaborar estratégias para amenizar estes problemas.

Paín (1985, p. 33) afirma que “o fator ambiental é, especialmente determinante no diagnóstico do problema de aprendizagem, na medida em que nos permite compreender sua coincidência com a ideologia e os valores vigentes no grupo”.

A desigualdade social é um problema bem característico dos países em desenvolvimento como o Brasil. Esse fenômeno está presente entre as regiões, estados, cidades e bairros, influenciando outros aspectos negativos como: desemprego, desigualdade racial, guerras, educação precária, falta de acesso a serviços públicos de qualidade, diferenciação de tratamento entre ricos e pobres, entre outros. Dessa maneira, os investimentos em serviços públicos se fazem necessários, de forma que se promova uma vida mais digna para os seus cidadãos.

Quanto à situação financeira da família, esta pode influenciar em uma série de fatores que podem viabilizar ou prejudicar um indivíduo no acesso à educação. As famílias que dispõem de melhores recursos financeiros podem oferecer escolas de alta qualidade, como também obter fontes de educação suplementar. Os estudantes de baixa renda, em razão das dificuldades econômicas dos pais, podem deixar a escola cedo para trabalhar. A questão da situação financeira no lar pode influenciar de forma negativa na capacidade de aprendizagem do educando.

No que diz respeito à estrutura familiar, nem todos os alunos possuem recursos suficientes que pode acomodá-lo em um ambiente digno. Habitualmente, apresentam-se situações diversas: os pais estão separados e o aluno vive com um deles; é órfão; vive num lar desunido; vive com algum parente; entre outros. Em contrapartida, essas

situações prejudicam a aprendizagem, de modo que não oferece à criança um auxílio material e afetivo. Rego (2002, p. 58) afirma que:

O desenvolvimento está relacionado ao contexto sociocultural em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica através de rupturas e desequilíbrios provocadores de contínuas reorganizações por parte do indivíduo. As interações com o grupo social e com objetos de sua cultura passam a governar o comportamento e o desenvolvimento do pensamento do indivíduo.

O nível de escolaridade dos pais está estreitamente relacionado ao desempenho da criança na escola. Pais escolarizados podem avaliar os filhos e ajudá-los a melhorar na atividade escolar, como também definem as expectativas de ações que impulsionam os alunos a alcançar melhores níveis de aprendizagem.

De acordo com Rego (2002), Vygotsky acreditava que a cultura é capaz de modelar o desempenho psicológico do ser humano na sua relação com o mundo, sendo influenciado por instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente.

O preconceito é mais um problema social que está presente em todas as áreas da sociedade, dos ambientes empresariais às escolas. É perceptível que esse dilema adentrou no ambiente escolar pela razão de atitudes discriminatórias feitas por alunos preconceituosos contra aqueles de classe social menos favorecida, assim como pela sua raça. Embora os professores possam evitar os conflitos verbais na escola, o racismo continuará existindo se os pais também não colaborarem para corrigir os comportamentos preconceituosos dos seus filhos dentro de casa.

Portanto, o fim de atitudes preconceituosas só é possível quando se desfaz a ideia de raça. A escola é um pilar fundamental para promover essa mudança na sociedade. Porém, se os alunos estiverem aprendendo suas crenças e comentários racistas com os próprios pais, os professores não poderão contar com a ajuda deles para resolver o problema.

Dentre outros temos o fator econômico que desempenha um papel significativo nos problemas sociais que afetam os alunos no processo de aprendizagem. Quando as crianças se desenvolvem, elas começam a compreender os problemas financeiros existentes no ambiente familiar. Vivemos em um sistema econômico cruel e isso pode ser

difícil para as famílias manterem o orçamento, principalmente para aquelas com pais solteiros. A consequência disso é que alguns estudantes abandonam a escola para ajudar a família financeiramente.

Ressalvamos também o uso de substâncias químicas e os vícios que se tornaram um problema para a sociedade. Muitos alunos, mesmo em idade precoce, têm acesso a substâncias viciantes, drogas ilícitas e álcool. A utilização dessas substâncias leva a problemas sob a forma de violência, comportamentos criminosos, gravidez na adolescência e desinteresse em relação à educação. Dependentes químicos podem abandonar a escola por completo ou ter dificuldades em manter um alto nível de desempenho. Esse dilema social pode ser revertido através de um ambiente estruturado e de apoio para os alunos, tanto em casa quanto nas escolas.

Em consonância com a teoria sociointeracionista de Vygotsky (1991) podemos compreender que é através da relação entre indivíduos que suas informações são trabalhadas e conseqüentemente compartilhadas. As características humanas resultam da interação do ser humano com o seu meio sociocultural. Assim, o ambiente influencia a assimilação das atividades cognitivas no indivíduo.

E conforme a teoria de Vygotsky, o aprendizado é um componente necessário e fundamental no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. “O aprendizado possibilita e mobiliza o processo de desenvolvimento”. E ainda, “o aprendizado constitui-se como necessário e universal para o desenvolvimento humano” (REGO, 2002 p. 53).

Segundo Vygotsky (1991), o ser humano é um ser social, que constrói sua personalidade a partir das interações que estabelece com outros indivíduos, mediada pelos padrões da cultura contemporânea. Diante disso compreendemos que o ser humano não constrói sozinho a sua aprendizagem, o que torna necessária a intervenção das relações exteriores de maneira que ele possa particularizar suas informações para estabelecer um vínculo com seu meio social, viabilizando o processo de ensinar e aprender.

DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA NOS DIAS ATUAIS

A dificuldade de conexão leitura/escrita pode ser relacionada com disfunções neurológicas como a dislexia, que minimiza o avanço da criança/adolescente provocando uma lentidão na aprendizagem, dificultando a assimilação dos textos e contextos lidos ou escritos, impedindo que os educandos avancem, tanto nas avaliações do dia a dia de sala de aula, como nas de larga escala, denominadas como responsáveis pelos resultados numéricos e percentuais das instituições de ensino públicas e privadas.

Muitos são os fatores que contribuem para a evolução desse problema; a defasagem oriunda das etapas de ensino (anos iniciais): falta de livros de leituras acessíveis nas bibliotecas, à escola que estuda, a falta do hábito de escrever, o tempo dedica à leitura.

Esse persistente comprometimento está ligado a fatores simples que podem melhorar gradativamente se houver interesse das partes - família e escola, em desenvolver habilidades de leitura, escrita e interpretação, instigando o educando a interagir com os livros na perspectiva de avançar, quando isso não flui naturalmente, o insucesso social e cultural permeiam a vida destes, limitando suas conquistas e conseqüentemente criando barreiras emocionais que traduzem com muita clareza o empenho em pequena proporção, tanto no ambiente escolar como na sociedade em geral.

Estudiosos e teóricos contemporâneos explicitam essa verdade e comprova através de dados estatísticos e de experiência vividas, que não devemos extinguir do âmbito escolar o uso das TICs, porém se faz necessário que haja políticas educacionais que subsidiem todos que fazem a escola, no sentido de educá-los e prepará-los para o uso das ferramentas digitais com coerência, tendo em vista que nós somos sujeitos ativos, responsáveis pela produção das matérias/textos produzidas nestes equipamentos, ou seja, eles por si só não são capazes de realizar tarefas e resolver situações inusitadas como o ser humano, o entendimento mais próximo da eficácia do uso destes, é que sejam utilizados de maneira correta provocando o interesse nos nossos estudantes pela pesquisa e não tão somente pelas imagens que provocam humor ou outras alterações comportamentais no nosso estudante.

Nos dias atuais, o corpo discente que têm dificuldades de aprendizagem, manifestam comportamentos problemáticos, apresentam algum hábito diferente daqueles que acompanham o desenrolar da sala de aula, tais como: falta de atenção, desinteresse por atividades novas, realização de incumbência escolar pela metade; não entendem e nem acompanha o professor, entre outras atitudes explícitas que demonstram através de suas ações dentro e fora da sala de aula, é preciso que haja métodos de ensino para trabalhar as dificuldades, recuperando a autoestima desses estudantes na perspectiva de incluí-los no âmbito escolar.

Segundo Fonseca:

A metodologia está também intimamente ligada à noção de aprendizagem. A estimulação e a atividade em si não garantem que a aprendizagem se opere. Para aprender é necessário estar-se motivado e interessado. A ocorrência da aprendizagem depende não só do estímulo apropriado, como também de alguma condição interior própria do organismo (FONSECA, 1995, p. 131).

A leitura presume conhecimento e isso se dá quando a mesma é vivenciada em todas as etapas de nossa vida, consolida-se constantemente na vida dos indivíduos que buscam associar o aprendizado de mundo com o seu conhecimento.

Segundo Rojo:

Ler, portanto, pressupõe objetivos bem definidos. E esses objetivos são do próprio leitor, em cada uma das situações de leitura. São objetivos que vão se modificando à medida que lemos o texto. Por exemplo, quando pegamos uma revista para ler, num consultório médico, nosso objetivo pode ser o de apenas passar o tempo. Mas se descobrirmos um texto que indica como emagrecer sem parar de comer doces, aí o objetivo mudará (RANGEL; ROJO, 2010, p. 87).

Face ao exposto explicitado pelos atores, à leitura é um fio condutor de transformação, é através da cognição dos informes que somos capazes de discernirmos com eficácia a escrita e a interpretação textual, as quais estão interligadas com a leitura, a escassez da leitura limita o senso crítico do educando, tornando passivo. Nesse sentido se faz necessário que haja participação efetiva provocando e instigando o estudante a ler e conseqüentemente escrever.

Freire ressalta:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 2003, p. 13).

O autor ressalta preponderância da compreensão textual e a forma como se ver o mundo, considerando o contexto do indivíduo e o que de fato é, ou seja, a leitura nem sempre é realizada e interpretada de maneira singular, depende de quem ler e em que momento da sua vida está realizando essa leitura, a interpretação é realizada conforme o estado de espírito de cada um, considerando contexto social e cultural no qual o ser humano está inserido.

As várias possibilidades de aprendizagem estão relacionadas aos aspectos internos e externos, o que é preciso entender, é que o mundo que se movimenta para o sujeito pode ser diferente da escolarização. Ainda sim ele diz que linguagem e realidade se prendem dinamicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo pudemos compreender que o nosso país ainda caminha a passos lentos em relação às políticas inclusivas e no que compete a permanência e desenvolvimento cognitivo no aluno. Muitas são as políticas que visam tornar a escola um ambiente igualitário e promotor da aprendizagem do aluno, seja ele “normal” ou que apresente algum tipo de necessidade “especial”, mas não se vê com o mesmo afinco uma política de capacitação ou formação de profissionais para lidar com as diversas situações cognitivas enfrentadas nas escolas.

É necessário que todos se conscientizem que muitas são as causas que contribuem para o aparecimento das dificuldades de aprendizagem, e que elas podem aparecer em qualquer indivíduo. O meio sociocultural tem uma grande influência no desenvolvimento do aluno e fatores socioeconômicos como renda familiar, desigualdade social, nível de escolaridade dos pais, entre outros, influenciam na qualidade da aprendizagem, bem como na capacidade de melhorar suas condições de vida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** Boletim 21. MEC, 2006.
- FONSECA, V. da. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler.** 1º ed. São Paulo: Moderna, 2003
- PAIN, S. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem.** Porto Alegre. Artes Médicas, 1985.
- RANGEL, E. O.; ROJO, R. H. R. **Língua Portuguesa.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. V.19.
- REGO, T.C.R.; Vygotsky. **Uma perspectiva histórico-cultural da Educação.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 50-70
- SMITH; STRICK. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z.** São Paulo. Artes Médicas, 2001.
- VYGOTSKY, L.S. **A Formação social da mente.** 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Submissão: setembro de 2023. Aceite: outubro de 2023. Publicação: fevereiro de 2024.